



A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO COMO INDICADOR DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE DAS EMPRESAS LISTADAS NO ISE 2019

Paulo Rafael Silvestre Sousa¹

Luciana Ramos Jordão²

Thiago Henrique Costa Silva³

Valquíria Duarte Vieira Rodrigues⁴

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo identificar os indicadores e as relações econômicas, financeiras e de sustentabilidade das empresas a partir das informações contidas na Demonstração do Valor Adicionado (DVA) das companhias listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) 2019, analisando a variação do valor adicionado e sua distribuição entre os anos de 2017 e 2018. Parte-se do pressuposto de que empresas sustentáveis, ao buscarem legitimidade perante os *stakeholders*, adotam políticas de governança corporativa para fortalecer a confiança e credibilidade no mercado. Foram analisadas as empresas que mais se destacaram na variação da distribuição do valor adicionado, relacionando-o ao lucro líquido do exercício. A pesquisa, de abordagem qualitativa e método dedutivo, é do tipo descritiva, fundamentando-se em pesquisas bibliográficas e documentais. Os resultados indicam que o setor bancário apresentou o maior valor adicionado e lucro líquido, sendo este o que teve maior participação sobre o primeiro. Entre 2017 e 2018, verificou-se um crescimento no valor adicionado e no lucro líquido do exercício, com o Estado retendo a maior fatia da distribuição da riqueza em 2017, enquanto, em 2018, a remuneração do capital próprio foi a mais favorecida. Conclui-se que a DVA, por se restringir a dados de natureza econômica e financeira, não permite mensurar ou estabelecer relações diretas com a sustentabilidade empresarial, evidenciando a necessidade de demonstrativos contábeis complementares para avaliar esse aspecto.

Palavras-Chave: Análise das Demonstrações Contábeis; Demonstração do Valor Adicionado; Distribuição de Riqueza Gerada; Contabilidade Ambiental.

THE VALUE-ADDED STATEMENT AS AN INDICATOR OF CORPORATE SUSTAINABILITY: AN ANALYSIS OF COMPANIES LISTED IN THE 2019 ISE

ABSTRACT

This research aims to identify the indicators and the economic, financial, and sustainability relationships of companies based on the information contained in the Value-Added Statement (DVA)

Keywords: Analysis of Accounting Statements; Value Added Statement; Distribution of Wealth Generated; environmental accounting.

¹ Especialista em Negócios com Ênfase em Finanças Corporativas (UEG).

² Doutora em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

³ Doutorando e Mestre em Direito Agrário pela (UFG).

⁴ Doutora e Mestre em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

of the companies listed in the 2019 Corporate Sustainability Index (ISE), analyzing the variation in value added and its distribution between the years 2017 and 2018. It is assumed that sustainable companies, in seeking legitimacy with stakeholders, adopt corporate governance policies to strengthen trust and credibility in the market. The study analyzed the companies that stood out the most in the variation of value-added distribution, relating it to net income. The research follows a qualitative approach and a deductive method, being classified as descriptive, and is based on bibliographic and documentary research. The results indicate that the banking sector presented the highest value added and net income, with the latter having the highest share of the former. Between 2017 and 2018, there was an increase in value added and net income, with the state retaining the largest share of wealth distribution in 2017, while in 2018, capital remuneration was the most favored. It is concluded that the DVA, as it is limited to economic and financial data, does not allow for the measurement or establishment of direct relationships with corporate sustainability, highlighting the need for complementary accounting statements to assess this aspect.

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre sustentabilidade empresarial tem ganhado relevância nas últimas décadas, impulsionado pelas transformações climáticas, sociais e econômicas que afetam diretamente o ambiente de negócios. Nesse contexto, as organizações passaram a integrar em suas estratégias de gestão mecanismos voltados à avaliação de riscos e à adaptação de processos, produtos e serviços, buscando conciliar crescimento econômico, responsabilidade social e equilíbrio ambiental.

A incorporação de práticas de governança corporativa e transparência contábil tornou-se um elemento-chave nesse processo. A contabilidade, tradicionalmente voltada ao registro financeiro, passou a desempenhar um papel mais abrangente, ao oferecer informações que permitam compreender a relação entre o desempenho econômico e o impacto social e ambiental das empresas. A contabilidade ambiental constitui uma das vertentes dessa evolução, ao fornecer dados que auxiliam a mensurar a interação das organizações com o meio ambiente, ainda que sua adoção permaneça limitada pela ausência de normatização específica (Ribeiro, 2010).

Entre os instrumentos contábeis disponíveis, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) destaca-se por evidenciar a geração e a distribuição da riqueza produzida pelas empresas, permitindo avaliar a contribuição de cada organização para a economia e para a sociedade. No entanto, a DVA não contempla de forma direta indicadores ambientais ou sociais, restringindo-se à dimensão econômica da sustentabilidade (Santos, 2018). Apesar dessa limitação, sua estrutura oferece subsídios importantes para a análise do papel social das empresas, ao demonstrar como os resultados financeiros são redistribuídos entre governo, empregados, acionistas e demais *stakeholders* (CPC, 2008).

A Lei nº 11.638/07, que atualizou a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), representou um marco para a harmonização das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais, ao instituir formalmente a DVA e estabelecer critérios de classificação para grandes empresas (Brasil, 1976). Contudo, a efetiva relação entre sustentabilidade e desempenho econômico-financeiro nas demonstrações contábeis ainda carece de comprovação empírica (Neves; Maciel; Dos Santos, 2022).

Nesse cenário, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), criado pela Brasil, Bolsa, Balcão (B3), surge como um referencial relevante ao reunir empresas avaliadas segundo sete dimensões de sustentabilidade (B3, 2019). Ainda assim, persistem questionamentos sobre a

capacidade dos indicadores contábeis tradicionais de refletir o impacto socioambiental das empresas incluídas nesse índice.

Com base nessas considerações, o presente estudo tem como objetivo analisar as Demonstrações do Valor Adicionado (DVAs) das empresas listadas no ISE 2019, a fim de compreender a geração e a distribuição de valor nos exercícios de 2017 e 2018. Parte-se da seguinte questão de pesquisa: é possível extrair da DVA informações que evidenciem o desempenho econômico, financeiro e sustentável das empresas?

A pesquisa adota abordagem qualitativa e método dedutivo, com base em análise bibliográfica e documental. Foram examinadas as DVAs e as Demonstrações do Resultado do Exercício (DREs) das empresas listadas no ISE 2019, considerando exclusivamente os exercícios de 2017 e 2018. A análise busca identificar variações na geração e na distribuição do valor adicionado, bem como possíveis relações entre lucro líquido, valor gerado e sustentabilidade empresarial.

Os resultados pretendem contribuir para a compreensão da influência da sustentabilidade sobre a tomada de decisão dos investidores e para o aprimoramento dos instrumentos contábeis voltados à transparência corporativa. A literatura indica que, embora muitas empresas sejam classificadas como sustentáveis, nem sempre divulgam de forma consistente suas práticas ambientais e sociais (Baroni *et al.*, 2022; Rodrigues, 2020). Essa lacuna reforça a importância de relatórios que comuniquem com clareza as ações socioambientais e que incorporem a sustentabilidade como dimensão efetiva da gestão empresarial.

2. APORTE TEÓRICO: INTERFACES ENTRE A SUSTENTABILIDADE E A CONTABILIDADE

Empresas que atuam no mercado de capitais ou que possuem um grande número de *stakeholders* interessados em suas operações devem adotar estratégias que reforcem a confiança e a transparência em sua gestão, garantindo a continuidade do negócio. Nesse sentido, suas práticas não devem se limitar ao cumprimento dos requisitos legais, mas também acompanhar as tendências do mercado, uma vez que este regula suas ações e influencia suas decisões estratégicas. Nesse contexto, a sustentabilidade consolidou-se como eixo estruturante da gestão corporativa contemporânea, articulando dimensões econômicas, sociais e ambientais sob a lógica ESG (*Environmental, Social and Governance*) (Baroni *et al.*, 2022).

Para que tais dimensões sejam efetivamente integradas ao processo de gestão, a contabilidade precisa assumir papel ampliado, superando a função de registro financeiro e atuando como instrumento de transparência e *accountability* social (Sousa; Faria, 2018; Costa, 2023). Essa ampliação reforça a interdependência entre sustentabilidade, empresas e sociedade, ao exigir informações financeiras e não financeiras que refletem o desempenho organizacional em termos de criação e distribuição de valor.

Nesse cenário, dois instrumentos se destacam por sua complementaridade: o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), voltado à avaliação das práticas de sustentabilidade corporativa, e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), destinada à mensuração e à distribuição da riqueza gerada. A DVA revela o valor produzido pela empresa e sua repartição entre empregados, governo, credores e acionistas, traduzindo, de forma sintética, a dimensão social da atividade econômica (Checon; Santana, 2023). Assim, ao aproximar contabilidade e

sustentabilidade, a DVA contribui para evidenciar o papel social das empresas, ainda que apresente limitações quanto à mensuração das dimensões ambiental e social (Costa, 2023).

2.1 SUSTENTABILIDADE, EMPRESAS, SOCIEDADE E OS RELATÓRIOS CONTÁBEIS

A busca por transparência e sustentabilidade empresarial tem se intensificado, impulsionada pela crescente preocupação de investidores e da sociedade com os impactos das atividades econômicas sobre o meio ambiente e as relações de trabalho (Baroni *et al.*, 2022). O conceito de sustentabilidade, formalizado no relatório Brundtland de 1987, define o desenvolvimento como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras (ONU, 1987).

A comunicação clara das ações corporativas deixou de ser diferencial competitivo e tornou-se requisito para a manutenção da confiança pública (Wang, 2019). Nessa perspectiva, os balanços sociais e relatórios integrados surgem como instrumentos que demonstram o desempenho social e ambiental das empresas, reforçando a legitimidade de sua atuação. Embora o balanço social não seja obrigatório no Brasil, sua divulgação é considerada fundamental para evidenciar o compromisso das empresas com a responsabilidade socioambiental, desde que apresentada de forma objetiva e isenta (Moura *et al.*, 2020).

Entre as iniciativas nacionais que estimulam práticas de sustentabilidade e transparência destacam-se o Instituto Ethos e a Brasil, Bolsa, Balcão (B3), que promovem o conceito de relato integrado, alinhado às diretrizes do International Integrated Reporting Council (IIRC) e da Global Reporting Initiative (GRI) (Baroni *et al.*, 2022). O Instituto Ethos, em especial, tem papel relevante na disseminação de práticas empresariais socialmente responsáveis, estimulando o desenvolvimento social e ambiental e a construção de um ambiente corporativo ético e inclusivo (Baroni *et al.*, 2022).

Nesse contexto, a contabilidade assume função estratégica ao integrar as dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade, tornando-se o principal canal de comunicação entre as empresas e a sociedade (Sousa; Faria, 2018). Essa integração, entretanto, exige que as informações sejam apresentadas de modo padronizado e verificável, de forma a permitir comparabilidade e credibilidade (Ribeiro, 2010; Oyadomari *et al.*, 2018).

A contabilidade ambiental (CA), enquanto ramo especializado, reúne instrumentos voltados à mensuração de fluxos de materiais e energia, avaliação de impactos ambientais e elaboração de indicadores específicos (Wang, 2019). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por meio do CPC 00 – R1 (CPC, 2011), reforça que o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações financeiras relevantes e comparáveis, assegurando a utilidade para usuários internos e externos.

Entre os demonstrativos obrigatórios previstos pela legislação brasileira, destaca-se a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), única a evidenciar informações de natureza social. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 (CPC, 2008), a DVA demonstra a riqueza gerada pela entidade e sua distribuição entre os diversos agentes econômicos (Neves; Maciel; Dos Santos, 2022). Apesar de recente e ainda pouco difundida entre profissionais da área, sua importância tem crescido por permitir a análise da relação entre empresa e sociedade (Santos, 2018).

O valor adicionado corresponde à diferença entre a receita obtida com a venda de bens e serviços e o custo dos insumos adquiridos de terceiros, sendo, em geral, positivo (Sousa, 2016). A riqueza gerada é então distribuída entre quatro grupos principais: governo, pessoal, capital de terceiros e capital próprio (CPC, 2008). Conforme a Lei nº 6.404/76, cabe à diretoria das companhias abertas elaborar as demonstrações financeiras ao final de cada exercício, incluindo o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e a própria DVA (Brasil, 1976).

Embora a DVA seja obrigatória para companhias abertas, a legislação não define modelo único para sua elaboração, cabendo ao CPC 09 estabelecer diretrizes sobre sua estrutura e conteúdo. Por ser uma demonstração recente e não exigida em âmbito internacional, a DVA ainda carece de maior utilização como indicador comparativo de desempenho (Martins; Diniz; Miranda, 2018).

Diferenciando-se da DRE, a DVA apresenta informações específicas sobre a destinação da riqueza gerada, detalhando valores pagos a empregados, governo, credores e acionistas. Segue o regime de competência, reconhecendo os eventos econômicos no momento em que ocorrem, o que a distingue de indicadores macroeconômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), voltados à produção agregada (CPC, 2008).

Como demonstração contábil, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) segue o regime de competência, reconhecendo os eventos econômicos no momento em que ocorrem, independentemente do pagamento ou recebimento dos valores correspondentes. Essa característica a distingue de indicadores macroeconômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), que mensura a produção total de bens e serviços, enquanto a DVA evidencia a riqueza efetivamente realizada pela entidade, resultante das operações de venda (CPC, 2008).

O Quadro 1 apresenta a estrutura geral da DVA, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 09, amplamente adotada por empresas dos setores comercial, industrial e de serviços.

Quadro 1. Estrutura da Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

DESCRÍÇÃO	Em reais	Em reais
	20XX	20XX
1- RECEITA		
1.1 Vendas de Mercadorias, produtos e Serviços		
1.2 Outras Receitas		
1.3 Receitas Relativas à construção de ativos próprios		
1.4 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Reversão /constituição)		
2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
(inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1 Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3 Perda/Recuperação de valores ativos		
2.4 Outras (especificar)		
3- VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4- DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1 Resultado de equivalência patrimonial		

6.2 Receitas Financeiras		
6.3 Outras		
7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1 Pessoal		
8.1.1 Remuneração direta		
8.1.2 Benefícios		
8.1.3 FGTS		
8.2 Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 Federais		
8.2.2 Estaduais		
8.2.3 Municipais		
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 Juros		
8.3.2 Aluguéis		
8.3.3 Outras		
8.4 Remuneração de capitais próprios		
8.4.1 Juros sobre o capital próprio		
8.4.2 Dividendos		
8.4.3 Lucros retidos/Prejuízo do Exercício		
8.4.4 Participação dos não controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Fonte: CPC (2008).

O modelo da DVA, embora padronizado, admite variações para setores específicos — como intermediação financeira e seguros — que possuem particularidades operacionais próprias (CPC, 2008). Em termos conceituais, a DVA contempla as receitas geradas e os insumos adquiridos de terceiros, distribuindo o valor adicionado entre empregados, governo, credores e acionistas. Essa distribuição revela o custo social das operações, permitindo visualizar como a riqueza produzida é repartida entre os diversos agentes econômicos.

A depreciação, amortização e exaustão são também incorporadas ao cálculo da DVA, compondo a parcela do valor adicionado retida na empresa. Dessa forma, a demonstração oferece uma visão abrangente da estrutura financeira, da alocação de recursos e da contribuição social da entidade no período analisado. Essa perspectiva permite compreender como a geração e a distribuição de riqueza se relacionam com a legitimidade organizacional e com os princípios de sustentabilidade corporativa.

Nesse ponto, a análise da DVA encontra convergência com o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que amplia a mensuração da performance organizacional ao incluir dimensões sociais, ambientais e de governança.

2.2 O ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: UM AVANÇO DO SÉCULO XXI

Com o objetivo de aprimorar a qualidade das informações e reforçar a confiança no mercado de capitais, a Brasil, Bolsa, Balcão (B3) instituiu, em 2005, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Desenvolvido metodologicamente pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVCes), com apoio da International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, o índice avalia o desempenho das companhias listadas na

bolsa sob critérios de eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa (B3, 2018; Baroni *et al.*, 2022).

O ISE consolidou-se como referência para investidores que buscam empresas comprometidas com práticas responsáveis, permitindo identificar aquelas que conciliam rentabilidade e sustentabilidade. Ao mitigar impactos ambientais e sociais sem comprometer o retorno financeiro, essas companhias fortalecem sua imagem institucional e tornam-se mais atrativas no mercado (Baroni *et al.*, 2022).

O melhor desempenho das empresas de alta sustentabilidade em relação às empresas de baixa sustentabilidade se baseia nos seguintes pressupostos: engajamento, dos *stakeholders*, levantamento de riscos e oportunidades para o negócio, atuação com proatividade e transparéncia, orientações de natureza socioambiental, sistemas de remuneração e distribuição de resultados atrelados a indicadores financeiros e não financeiros e, entre outros, manutenção de um comitê de sustentabilidade e a ideia de que sustentabilidade é de responsabilidade expressa da diretoria (Kassai; Carvalho; Kassai, 2019, p. 197)

Segundo a B3 (2018), o ISE representou uma iniciativa pioneira na América Latina, ao alinhar o ambiente de investimento às demandas contemporâneas por desenvolvimento sustentável. Seu propósito é estimular a responsabilidade ética das organizações e incentivar políticas empresariais voltadas à preservação dos recursos naturais e à continuidade da vida no planeta.

O índice é calculado a partir da média das oscilações nos preços das ações das empresas que o compõem. Para isso, considera-se a soma dos percentuais de valorização e desvalorização de todas as empresas da carteira, dividida pelo total de companhias incluídas no índice (B3, 2018).

O Conselho Deliberativo do ISE (CISE) é o principal órgão de governança do índice, responsável por garantir transparéncia em sua formulação e manutenção. É composto por 11 instituições representativas do mercado financeiro e da sustentabilidade: B3, APIMEC, AMBIMA, ABRAPP, Instituto Ethos, IBGC, IBRACON, IFC, GIFE, Ministério do Meio Ambiente e a ONU, por meio do seu Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) (Baroni *et al.*, 2022). A presidência do conselho é exercida pelo dirigente da B3, que, por integrar o órgão, fica impedido de incluir a própria instituição na carteira do índice, conforme comunicado de 13 de agosto de 2010 (Baroni *et al.*, 2022).

A metodologia de seleção das empresas baseia-se em questionário estruturado, que, em 2019, continha 337 questões distribuídas em sete dimensões: geral, natureza do produto, governança corporativa, econômico-financeira, social, ambiental e mudanças climáticas. As respostas são sorteadas aleatoriamente e exigem comprovação documental, auditada pela KPMG, uma das maiores firmas de auditoria do mundo (B3, 2020). No entanto, a verificação é amostral, abrangendo apenas parte das respostas, o que mantém o processo dependente da fidedignidade das informações prestadas.

Tabela 1. Dimensões do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE

Dimensão	Objetivo
Dimensão geral	É tratado a questão da sustentabilidade fundamentada na estrutura do negócio da companhia e a perspectiva futura da organização frente a continuidade de seu negócio visando a criação de valor do ponto de vista da sustentabilidade;
Dimensão natureza do produto	Esta dimensão visa identificar em que medida a companhia procura mitigar o consumo de bens e serviços não renováveis e prejudiciais ao consumo. Esta dimensão também trata do monitoramento da cadeia consumidora e intensificar o consumo de bens e serviços compatíveis com um sistema sustentável de produção e consumo.
Dimensão governança corporativa	procura comprovar a estrutura de governança corporativa da empresa considera as questões de sustentabilidade com vistas a uma maior chance de garantir a geração de valor econômico de longo prazo;
Dimensão econômico-financeira	Visa detectar em que medida a companhia considera os impactos econômico-financeiros diretos e indiretos sobre a sociedade além de seus relatórios publicados;
Dimensão social	Esta dimensão tem como objetivo verificar se a companhia mantém relacionamentos positivos com a cadeia da sociedade as quais são ou podem ser impactados por suas atividades com vistas a criação e o compartilhamento de valor;
Dimensão ambiental	Procura identificar em que medida a companhia tem uma gestão ambiental alinhada, coerente e consistente à sua estrutura de negócio e alinhada com as melhores práticas de governança corporativa;
Dimensão mudança climática	Esta dimensão tem como foco medir em que medida a companhia incorpora em sua agenda a mitigação e adaptação a mudança do clima assim como procura migrar para uma economia de baixo carbono e resiliente.

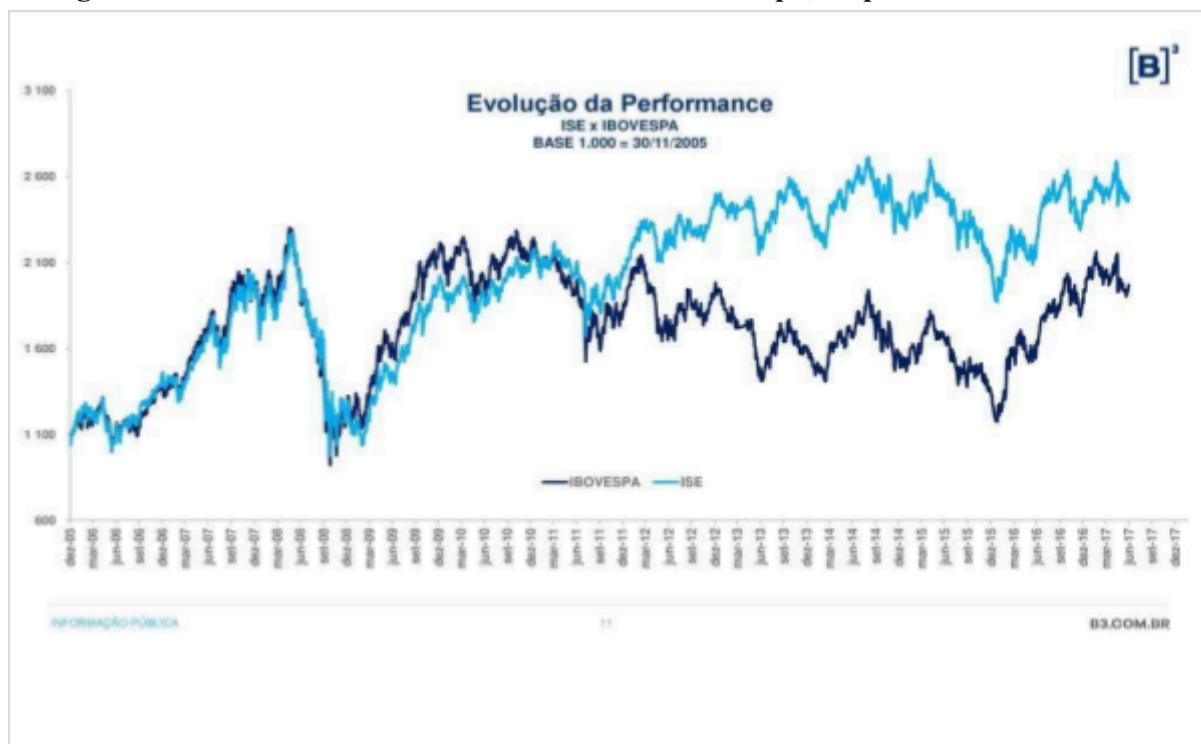
Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa do ISE, 2019 (2025)

O ISE opera como uma carteira teórica de ações, composta por ativos de empresas que atendem aos critérios de sustentabilidade estabelecidos pelo índice. Os investidores interessados em alocar recursos em companhias com esse perfil podem optar por adquirir diretamente ações das empresas que integram o ISE ou investir em um *Exchange Traded Fund* (ETF), um fundo de índice que replica seu desempenho no mercado financeiro (Baroni *et al.*, 2022).

Para Checon e Santana (2023), o desempenho positivo das empresas do ISE está associado à transparência e à governança contábil, demonstrando que práticas sustentáveis fortalecem a credibilidade das informações e ampliam a confiança dos investidores. Costa (2023), contudo, observa que o índice ainda privilegia indicadores de governança e eficiência econômica, com menor ênfase nas dimensões social e ambiental — evidenciando a necessidade de integração entre o ISE e instrumentos contábeis, como a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que permitem mensurar a distribuição efetiva da riqueza produzida.

A Figura 1 demonstra que, entre 2005 e 2017, o ISE apresentou desempenho superior ao do Ibovespa, com tendência de alta contínua a partir de 2011. Esse resultado sugere que a adoção de políticas sustentáveis e a inclusão no índice contribuíram para a valorização das ações e para o fortalecimento da imagem corporativa (B3, 2020).

Figura 1. Gráfico de rentabilidade do ISE versus Ibovespa, no período de 2005 a 2017.



Fonte: B3 (2020)

A análise da Figura 1 revela que o desempenho do ISE foi superior ao do Ibovespa na maior parte do período analisado. A tendência de alta do índice teve início por volta de 2011, estendendo-se até 2017, quando os dados da pesquisa foram encerrados. Esse comportamento sugere que a inclusão no ISE e a adoção de práticas sustentáveis contribuíram para a valorização das ações das empresas listadas, resultando em um aumento da demanda por parte dos investidores.

Essa constatação corrobora o argumento de Sousa e Faria (2018) de que a integração das práticas de sustentabilidade aos relatórios contábeis e de gestão agrega valor econômico e simbólico às organizações, aproximando desempenho financeiro e responsabilidade social.

A partir dessa articulação teórica e empírica, observa-se que tanto o ISE quanto a DVA oferecem perspectivas complementares sobre a sustentabilidade corporativa — o primeiro, ao avaliar a consistência das práticas de governança e gestão; o segundo, ao mensurar a geração e a distribuição de riqueza. Por isso, a partir do recorte temporal no ISE 2019, publicado em 2020, a próxima seção irá analisar as Demonstrações do Valor Adicionado, discutindo as nuances econômico-financeiras e os elementos que evidenciam a sustentabilidade empresarial.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO: ANALISANDO AS DVAS DAS EMPRESAS LISTADAS NO ISE 2019

O recorte temporal do ISE 2019 foi definido por duas razões principais. Em primeiro lugar, o período marca um momento de consolidação metodológica do índice, caracterizado pela estabilização das sete dimensões de avaliação e pelo aperfeiçoamento dos critérios de auditoria documental (B3, 2020). Em segundo, trata-se do último ciclo anterior à pandemia de Covid-19, o

que possibilita examinar o desempenho empresarial em um contexto de relativa estabilidade econômica e social, sem as distorções conjunturais observadas a partir de 2020.

Para avaliar a sustentabilidade e compreender a realidade das empresas integrantes dessa carteira, foram analisadas as Demonstrações do Valor Adicionado (DVAs) e as Demonstrações do Resultado do Exercício (DREs) correspondentes aos exercícios de 2017 e 2018. Esses anos representam a base contábil utilizada na composição do ISE 2019, permitindo correlacionar a geração e a distribuição do valor adicionado com o desempenho das companhias reconhecidas por suas práticas de sustentabilidade.

Esse recorte também possibilita comparações intersetoriais e a identificação de tendências na eficiência distributiva, especialmente na relação entre lucro líquido e valor adicionado, antes da adoção de novas diretrizes de sustentabilidade corporativa no mercado brasileiro. A amostra é composta por 30 empresas distribuídas em quatro setores: bancário, comercial, industrial e de serviços (Tabela 2).

Tabela 2. Empresas listadas no ISE 2019 separadas por grupo de atividade

Grupo de Atividade	Nome Empresarial
Bancos	Banco Bradesco S.A.
	Banco Do Brasil S.A.
	Banco Santander (Brasil); S.A.
	Itaú Unibanco Holding S.A.
Comércio	B2w - Companhia Digita
	Lojas Americanas S.A.
	Lojas Renner S.A.
	Natura Cosméticos S.A.
Indústria	Braskem S.A.
	Duratex S.A.
	Fibria Celulose S.A.
	Klabin S.A.
Serviços	Vale S.A.
	Aes Tiete Energia Sa
	Ccr S.A.
	Centrais Elet Bras S.A. - Eletrobras
	Cia Energética De Minas Gerais - Cemig
	Cia Paranaense De Energia - Copel
	Ecorodovias Infraestrutura E Logística S.A.
	Edp - Energias Do Brasil S.A.
	Eletropaulo Metrop. Elet. São Paulo S.A.
	Engie Brasil Energia S.A.

FLEURY S.A.
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.
LIGHT S.A.

Mrv Engenharia E Participações S.A.

Telefônica Brasil S.A.

Tim Participações S.A.

Weg S.A.

Total	30
-------	----

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa do ISE, 2019 (2025)

Em termos quantitativos, o setor de serviços concentrou 56,67% das empresas do índice, seguido pela indústria (16,67%) e pelos setores bancário e comercial (13,33% cada). Esse resultado reforça a leitura de Sousa e Faria (2018), segundo a qual a DVA evidencia a materialidade econômica e o peso relativo dos setores produtivos, embora não traduza isoladamente a eficiência na geração de valor.

Tabela 3. Distribuição do valor adicionado por grupo de atividade (em Reais)

Grupo de Atividade	Distribuição do Valor Adicionado	2017	2018	Acumulado
Bancos	Governo	50,03 tri	46,41 tri	96,44 tri
	Pessoal	67,24 tri	67,48 tri	134,72 tri
	Remuneração do capital de terceiros	4,91 tri	4,81 tri	9,72 tri
	Remuneração do capital próprio	59,16 tri	71,70 tri	130,86 tri
	Bancos total	181,35 tri	190,39 tri	371,73 tri
Comércio	Governo	4,59 tri	5,78 tri	10,37 tri
	Pessoal	3,81 tri	4,95 tri	8,76 tri
	Remuneração do capital de terceiros	4,99 tri	6,26 tri	11,26 tri
	Remuneração do capital próprio	1,23 tri	1,55 tri	2,78 tri
	Comércio total	14,62 tri	18,54 tri	33,17 tri
Indústria	Governo	17,26 tri	17,53 tri	34,79 tri
	Pessoal	11,50 tri	13,88 tri	25,38 tri
	Remuneração do capital de terceiros	24,58 tri	40,28 tri	64,86 tri
	Remuneração do capital próprio	25,16 tri	32,36 tri	57,52 tri
	Indústria total	78,49 tri	104,06 tri	182,54 tri
Serviços	Governo	63,84 tri	66,74 tri	130,59 tri
	Pessoal	21,01 tri	21,30 tri	42,31 tri
	Remuneração do capital de terceiros	31,13 tri	31,92 tri	63,05 tri
	Remuneração do capital próprio	23,03 tri	44,68 tri	67,71 tri
	Serviços total	139,02 tri	164,64 tri	303,66 tri
Acumulado		477,63 tri	477,63 tri	891,11 tri

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa, ISE, 2019 (2025)

A Tabela 3 mostra que o setor bancário foi o que mais gerou e distribuiu riqueza, seguido pelos setores de serviços, industrial e comercial. Entretanto, como argumenta Costa (2023), essa superioridade quantitativa decorre sobretudo do porte e da escala das instituições financeiras, não necessariamente de maior eficiência ou equidade distributiva. Assim, a comparação entre setores deve considerar fatores como receita líquida, número de empregados e ativos totais, o que permitiria mensurar de modo mais justo a produtividade e o impacto econômico.

Entre 2017 e 2018, o setor bancário apresentou crescimento de 4,98% no valor adicionado, enquanto o comercial cresceu 26,81%, o industrial 32,58% e o de serviços 18,43%. Esses dados revelam que o volume total de riqueza não é suficiente para aferir a sustentabilidade econômica de cada setor, sendo essencial analisar a taxa de expansão e o modo de distribuição, conforme defendem Checon e Santana (2023) ao correlacionarem DVA e indicadores de governança.

As análises individuais mostram que, no setor bancário, o Itaú Unibanco Holding S.A. destacou-se na distribuição ao pessoal e terceiros; o Banco do Brasil S.A., na destinação ao governo; e o Santander (Brasil) S.A., na remuneração do capital próprio. No setor comercial, a Natura Cosméticos S.A. apresentou maior repasse ao pessoal e terceiros, enquanto as Lojas Americanas S.A. lideraram em distribuição ao governo e ao capital próprio. Na indústria, a Fibria Celulose S.A. sobressaiu na distribuição ao governo e ao pessoal, e a Klabin S.A. em capital de terceiros. No setor de serviços, Eletrobras, Cemig, Engie Brasil Energia e Tim Participações S.A. apresentaram melhor desempenho, cada uma liderando em diferentes categorias de destinação de riqueza.

A heterogeneidade setorial observada confirma a análise de Sousa e Faria (2018), segundo a qual o valor adicionado deve ser compreendido como expressão das políticas internas de distribuição de riqueza e não como um indicador isolado de sustentabilidade. A DVA, nesse sentido, evidencia as prioridades estratégicas de cada setor — sejam elas voltadas à maximização do retorno aos acionistas ou à redistribuição para empregados e Estado.

A distribuição do valor adicionado aos *stakeholders* variou conforme os setores analisados. No setor bancário, a maior parcela foi destinada à remuneração do capital próprio, representando 21,19%. No setor comercial, essa distribuição foi de 26,24%. No setor industrial, a maior parte do valor adicionado, correspondente a 63,92%, foi destinada ao capital de terceiros, o que chama atenção, uma vez que esse capital se refere a empréstimos e financiamentos utilizados para financiar as atividades das empresas. No setor de serviços, a maior distribuição de riqueza ocorreu na remuneração do capital próprio, atingindo 94,02%, o que sugere que esse setor foi o mais rentável entre os analisados, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 4. Percentual de variação média da distribuição do valor adicionado por grupo de atividade referente ao período de 2017 a 2018

Grupo de Atividade	Distribuição do Valor Adicionado	Variação
Bancos	Governo	-7,25%
	Pessoal	0,35%
	Remuneração do capital de terceiros	-2,16%
	Remuneração do capital próprio	21,19%
Comércio	Governo	25,74%

	Pessoal	30,09%
	Remuneração do capital de terceiros	25,35%
	Remuneração do capital próprio	26,24%
Indústria	Governo	1,59%
	Pessoal	20,75%
	Remuneração do capital de terceiros	63,92%
Serviços	Remuneração do capital próprio	28,61%
	Governo	4,54%
	Pessoal	1,36%
	Remuneração do capital de terceiros	2,52%
	Remuneração do capital próprio	94,01%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa ISE, 2019 (2025)

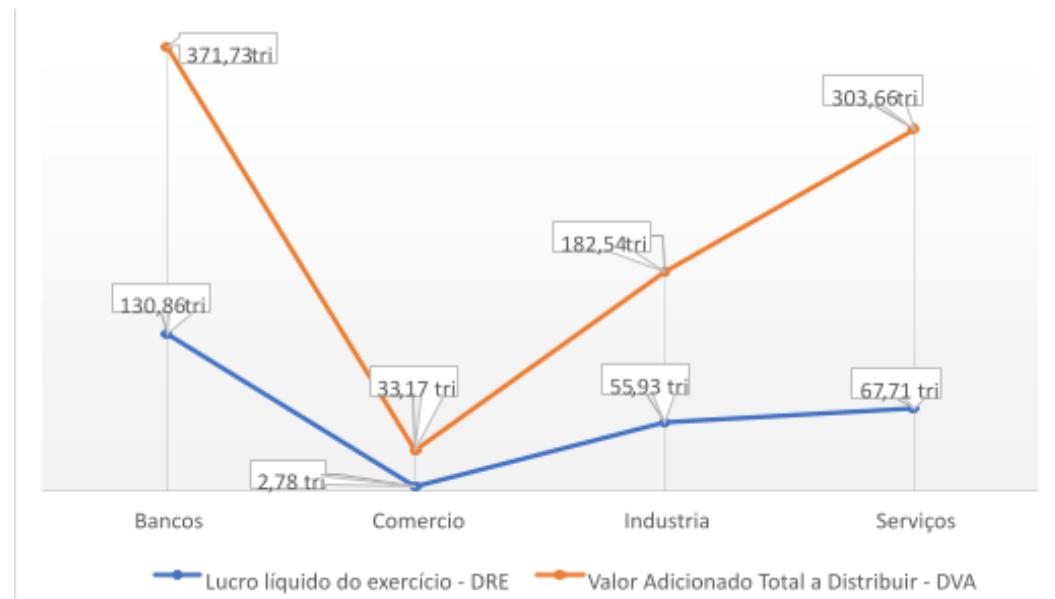
No setor bancário, verificou-se concentração da riqueza no capital próprio, com aumento de 21,19% nessa rubrica e retração nas parcelas destinadas ao governo e a terceiros. Esse comportamento, como observa Costa (2023), evidencia o predomínio da lógica financeira sobre a social, limitando o alcance da DVA enquanto indicador de sustentabilidade.

O setor comercial destacou-se por distribuir de modo mais equilibrado o valor gerado, com crescimento expressivo das parcelas destinadas ao governo (25,74%) e ao pessoal (30,09%). Esse padrão, segundo Checon e Santana (2023), reforça a coerência entre desempenho econômico e compromisso social, aproximando a gestão empresarial dos princípios de transparência e inclusão.

Em todos os setores, observou-se expansão da remuneração do capital próprio, o que reforça a importância de avaliar não apenas a lucratividade, mas a capacidade de redistribuição de riqueza entre os agentes econômicos, conforme defendem Sousa e Faria (2018) e Costa (2023). O equilíbrio entre rentabilidade e equidade distributiva é um dos principais indicadores de sustentabilidade empresarial.

Figura 2 evidencia correlação positiva entre lucro líquido e valor adicionado, sobretudo no setor bancário (35,20%), seguido pela indústria (30,64%), serviços (22,30%) e comércio (8,38%). Contudo, como ressaltam Checon e Santana (2023), a relação entre DVA e rentabilidade não deve ser confundida com sustentabilidade, pois a eficiência financeira pode coexistir com desigualdade distributiva.

Figura 2. Relação acumulada dos anos de 2017 e 2018 de valor adicionado e lucro líquido (em Reais) (Correlação linear = 0,95*).



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa, ISE, 2019 (2025)

Embora a Figura 2 evidencie que o setor bancário foi o que mais gerou valor adicionado e apresentou o maior lucro líquido do exercício, isso não implica, necessariamente, melhor desempenho no período analisado. A avaliação do desempenho empresarial deve considerar múltiplas dimensões além da rentabilidade, especialmente a eficiência distributiva da riqueza entre os diferentes agentes econômicos.

O setor bancário manteve-se como o que mais remunera seus acionistas, com média de 35,20% do valor adicionado destinado ao capital próprio. Tal resultado o torna atrativo para investidores em busca de retorno financeiro, ainda que revele uma concentração da riqueza em detrimento da redistribuição social. Esse setor também destina parcela significativa ao pagamento de pessoal, em função da elevada demanda por mão de obra, enquanto o setor industrial, mais automatizado, direciona maiores valores ao capital de terceiros, associados a aluguéis, juros e financiamentos.

Entre 2017 e 2018, verificou-se crescimento em todas as categorias de distribuição de valor. A remuneração do capital próprio apresentou o maior aumento (38,41%), seguida pelo capital de terceiros (26,91%). O repasse ao pessoal teve avanço modesto (3,92%), e o valor destinado ao governo praticamente se manteve estável (0,54%). Em média, o lucro líquido representou 28,80% do valor adicionado, com liderança do setor bancário, seguido pela indústria, serviços e comércio. Esses dados confirmam que a rentabilidade do capital se expandiu mais rapidamente que a redistribuição da riqueza, evidenciando uma assimetria entre crescimento econômico e equidade social, como destacam Costa (2023) e Checon e Santana (2023).

Apesar de fornecer informações financeiras detalhadas sobre a geração e distribuição de riqueza, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) apresenta limitações significativas quanto à mensuração de aspectos que extrapolam a esfera econômica e financeira. Por não contemplar dados sobre mitigação de riscos, impactos ambientais ou práticas sociais, a DVA restringe-se a

evidenciar políticas de distribuição de riqueza e padrões de crescimento econômico, deixando de capturar a interação das empresas com os recursos naturais e os efeitos socioambientais de suas atividades.

Conforme Baroni (2022), não é possível discutir riscos econômicos, financeiros ou gerenciais sem considerar a riqueza ambiental e os recursos naturais, uma vez que a sustentabilidade constitui a base de legitimidade das organizações. Nessa mesma direção, Rodrigues (2020) sustenta que a contabilidade precisa ser aprimorada para incluir informações ambientais e sociais, e que a contabilidade ambiental é o instrumento mais adequado para oferecer uma visão ampla da responsabilidade socioambiental empresarial.

Costa (2023) acrescenta que, embora a DVA seja essencial para compreender a origem e o destino da riqueza, sua utilidade informacional pode ser significativamente ampliada pela integração com indicadores ESG, que permitem mensurar de modo mais efetivo o compromisso das empresas com a governança sustentável e a *accountability* social. Essa articulação entre relatórios contábeis e indicadores de sustentabilidade amplia a relevância da informação contábil e reforça o papel da empresa como agente de desenvolvimento social.

Dessa forma, a DVA se mostra eficaz para mensurar a capacidade distributiva das empresas, mas insuficiente para expressar a sustentabilidade. A conjugação entre dados econômicos, ambientais e sociais, conforme defendem Sousa e Faria (2018) e Checon e Santana (2023), constitui o caminho necessário para uma contabilidade contemporânea, orientada à governança sustentável, à transparência e à responsabilidade socioambiental corporativa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo partiu da questão central de saber se a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é capaz de evidenciar o desempenho econômico, financeiro e sustentável das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) 2019. Para responder a essa indagação, foram analisadas as demonstrações dos exercícios de 2017 e 2018, com o objetivo de compreender a geração e a distribuição de valor nas companhias reconhecidas por suas práticas de sustentabilidade.

As análises realizadas indicam que a DVA fornece informações relevantes sobre a formação e a destinação da riqueza nas empresas, mas ainda apresenta limitações quanto à incorporação de aspectos socioambientais e à mensuração de riscos. O demonstrativo evidencia as políticas de distribuição da riqueza econômica e financeira, sem contemplar de modo pleno a relação entre a atuação empresarial e a sustentabilidade de longo prazo.

Verificou-se que a remuneração do capital próprio foi a categoria que mais cresceu entre os anos analisados, confirmando a predominância da lógica voltada ao retorno dos acionistas. Esse comportamento foi mais evidente no setor bancário, que se destacou tanto na geração de riqueza quanto no retorno ao capital próprio. Por outro lado, os setores comercial e industrial apresentaram uma distribuição mais equilibrada do valor adicionado entre os diferentes agentes econômicos, o que indica maior democratização da riqueza gerada.

Esses resultados demonstram que, embora a DVA contribua para ampliar a transparência das informações contábeis, ela ainda se restringe à dimensão econômica da sustentabilidade. A integração entre indicadores financeiros e não financeiros representa um avanço necessário para

consolidar uma contabilidade capaz de mensurar de forma mais ampla o desempenho social e ambiental das empresas.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se a análise restrita à DVA e à DRE, sem o cruzamento com outras demonstrações contábeis ou relatórios socioambientais. A incorporação futura de informações do Balanço Patrimonial, da Demonstração dos Fluxos de Caixa e dos relatórios de sustentabilidade permitirá uma visão mais abrangente sobre o desempenho corporativo e suas implicações na geração e na distribuição da riqueza.

Os achados reforçam a necessidade de aprimorar os demonstrativos contábeis, de modo que incluam informações relacionadas à sustentabilidade e à mitigação de riscos ambientais. A crescente demanda por transparência, por parte dos investidores e da sociedade, atribui à contabilidade ambiental um papel estratégico, pois permite às empresas evidenciar suas ações de forma clara e comparável, fortalecendo a confiança e a legitimidade institucional.

REFERÊNCIAS

B3. B3 divulga a 14ª carteira do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial.
Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/noticias/carteira-do-ise.htm. Acesso em: 30 maio 2025.

B3. Índice de Sustentabilidade Empresarial, 2019. Disponível em: <http://iseb3.com.br>.
Acesso em: 30 maio 2025.

BARONI, Izabela Frassetto *et al.* Responsabilidade social da Klabin S.A.: uma análise dos relatórios de sustentabilidade. In: Jornada Nacional de Desenvolvimento e Políticas Públicas, 3., 2021, Criciúma. **Anais** [...] Criciúma, 2021. Disponível em:
<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/seminariocsa/article/view/7109>. Acesso em: 8 abr. 2025.

BRASIL. Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 1976.

CHECON, Bianca Quirantes; SANTANA, Verônica de Fátima. Demonstração do Valor Adicionado e informações ESG. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, [S. l.], v. 22, p. e3409, 2023. DOI: 10.16930/2237-766220233409. Disponível em:
<https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3409>. Acesso em: 30 maio 2025.

COSTA, Claudio Luiz de Oliveira. Valor adicionado como indicador de responsabilidade social corporativa das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da IBOVESPA B. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, [S. l.], v. 30, n. 56, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/reihm/article/view/8087>. Acesso em: 15 maio 2025.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 00**: estrutura conceitual para relatório financeiro. Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 1 nov. 2019. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf). Acesso em: 30 maio 2025.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 09:** Demonstração do Valor Adicionado. Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 12 nov. 2008. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documents/175_CPC_09.pdf. Acesso em: 8 jun. 2025.

INSTITUTO ETHOS. **Sobre o Instituto.** Instituto Ethos. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto>. Acesso em: 29 maio 2025.

KASSAI, José Roberto; CARVALHO, Nelson; KASSAI, José Rubens Seyiti. **Contabilidade ambiental:** relato integrado e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2019.

MARTINS, Eliseu; DINIZ, Josedilton Alves; MIRANDA, Gilberto José. **Análise avançada das demonstrações contábeis:** uma abordagem crítica. São Paulo: Atlas, 2018.

MOURA, Tiago. et al. **Balanço social:** panorama das publicações nacionais na plataforma SPEL entre os anos de 2015 e 2019. In: GOMES, M. A. S. (Org.). Engenharia de produção: inovação, produção e sustentabilidade. Ponta Grossa: Aya Editora, 2020. cap. 2, p. 32-51.

NEVES, Leonardo de Lima; MACIEL, Sirlei de Andrade; SANTOS, Edicreia Andrade dos. Demonstração do Valor Adicionado: uma revisão da literatura nas pesquisas brasileiras. **Contabilometria:** Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting, [s. l], v. 9, n. 2, p. 1-17, 05 jan. 2022. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/contabilometria/article/view/2612>. Acesso em: 5 jun. 2025.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Nosso futuro comum.** Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

OYADOMARI, José Carlos Tiomatsu et al. **Contabilidade gerencial: ferramentas para melhoria de desempenho empresarial.** São Paulo: Atlas, 2018.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2010.

RODRIGUES, Valquíria Duarte Vieira. **Gestão e contabilidade ambiental:** análise do patrimônio e da rentabilidade de uma agroindústria em Goiás. 2020. Mestrado em Agronegócio (Universidade Estadual de Goiás). Goiânia, 2020.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do Valor Adicionado: como elaborar e analisar a DVA.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SOUSA, Sérgio Adriano de. **Contabilidade geral 3D: básica, intermediária e avançada.** 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

SOUSA, Thaís Santos de; FARIA, Juliano Almeida de. Demonstração do Valor Adicionado (DVA): uma análise da geração e distribuição de riquezas das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)-B3. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade,** [S.L.], v. 8, n. 2, p. 137-154, 21 dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ueg.br/index.php/financ/article/view/7376>. Acesso em: 30 maio 2025.

WANG, Shanyong; WANG, Hualong; WANG, Jing. Exploring the effects of institutional pressures on the implementation of environmental management accounting: Do top management support and perceived benefit work? **Business strategy and environment**. v. 28, n. 1, p. 233-243, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/bse.2252>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SOBRE OS AUTORES

Paulo Rafael Silvestre Sousa

Especialista em Negócios com Ênfase em Finanças Corporativas (UEG). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3273021071539867>

Contato: paulinhokprd@hotmail.com.

Luciana Ramos Jordão

Doutora em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Direito Agrário pela UFG. Graduada em Direito pela UFG. Professora de Direito Civil da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4923316033553278>.

Contato: lu.rjordao@gmail.com.

Thiago Henrique Costa Silva

Doutorando e Mestre em Direito Agrário pela UFG. Graduado em Direito pela UFG. Graduado em Ciências Econômicas pelo Instituto de Ensino Superior de Brasília (IESB). Professor de Direito Constitucional da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Perito Criminal do Estado de Goiás.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0761167066175470>

Contato: thiagocostasilva.jur@gmail.com

Valquíria Duarte Vieira Rodrigues

Doutora e Mestre em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Goiás e em Matemática pela Universidade Estadual Vale do Acaraú.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2303477843080175>

Contato: prof.valquiriaduarte@gmail.com

Como citar este artigo

SOUZA, Paulo Rafael Silvestre; JORDÃO, Luciana Ramos; SILVA, Thiago Henrique Costa; RODRIGUES, Valquíria Duarte Vieira. A Demonstração Do Valor Adicionado Como Indicador De Sustentabilidade Empresarial: Uma Análise Das Empresas Listadas No Ise 2019. **Revista de Administração da Universidade Estadual de Goiás (RAUEG).** Anápolis, v.17 , n. Fluxo Cont., p. 1-19, Dez 2025. Disponível em: link do artigo. Acesso em: dd mês ano (Ex.: 10 set. 2025).

Recebido em: 16/10/2025

Aprovado em: 16/12/2025

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

Editor Científico: Dr. Marco Aurélio Pedrosa de Melo